



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

PROJETO DE LEI Nº 1.217 2021



PROTOCOLO Nº

012041/2021

17 de agosto de 2021 12:06:55

Dispõe acerca da reserva de 5% (cinco por cento) de casas populares para mulheres vítimas de violência doméstica na forma que específica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Esta lei garante que 5% (Cinco por cento) do total das casas populares construídas pelo Poder Público Municipal, sejam com recursos livres, seja por meio de convênios com a União, com o Estado ou com a iniciativa privada, serão destinadas preferencialmente às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, configura violência doméstica ou familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, além das demais formas previstas em legislação vigente.

Art. 2º A violência contra a mulher tratada no *caput* do art.1º deverá ser comprovada por expedientes e procedimentos constantes da ação penal, transitada em julgado ou não, mediante cópia:

- I – do recebimento da denúncia criminal, ou;
- II – da sentença penal condenatória;

Art. 3º Somente farão jus a contemplação do benefício e enquadramento no disposto no art.1º desta Lei, as mulheres que forem, comprovadamente, residentes no município há mais de 2 (dois) anos e cumpram os requisitos exigidos pelo programa habitacional de interesse social do Município.

Parágrafo único. Poderão se beneficiar desta Lei as mulheres cujo agressor ainda responda



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

judicialmente ou esteja sob os efeitos da condenação criminal.

Art. 4º As mulheres vítimas de violência deverão se cadastrar perante o órgão competente do Poder Público Municipal, para fins de estarem aptas a concorrerem as vagas garantidas pelo caput do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. Ficam obrigados os órgãos envolvidos no cadastro, acompanhamento e contemplação do benefício o sigilo sobre os dados pessoais e documentações da beneficiada e seus dependentes.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, Primavera do Leste 17 de agosto de 2021.

ADRIANO CARVALHO
VEREADOR – (PODE)



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

JUSTIFICATIVA:

O art. 3º da Lei nº 11.340, de 2006 que disciplina e cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8 do art. 226 da Constituição Federal, da convocação sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e da convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a mulher, dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica Familiar contra a mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; é clara ao assegurar como uma das condições ao exercício efetivo dos direitos da mulher a “MORADIA”.

Este projeto de lei visa amparar as mulheres que vivenciam a violência doméstica em seus lares e relacionamentos. Hoje, em nossa sociedade, há um alto índice de violência doméstica que culminam em feminicídio, estando nosso país entre as 10 (dez) nações mais violentas para as mulheres.

Cabe ao Estado por meio de ações concretas garantir uma moradia digna a essas mulheres que na maioria das vezes, além de sofrerem a agressão física, ainda são abandonadas a própria sorte, “jogadas” para fora de casa, o que as deixam sem uma moradia. Não é somente isso, há mulheres que por não terem um local para ficar, aguentam as agressões de seus parceiros. E com esse objetivo que se pretende garantir a essas mulheres uma moradia conforme a necessidade.

Essa proposta visa a necessidade de promover em âmbito municipal, políticas que visem a eliminação da discriminação e da violência contra a mulher. Considerando a necessidade de assegurar o exercício pleo dos direitos da mulher, faz-se valiosa qualquer medida municipal que busque conferir maior visibilidade às políticas públicas em defesa da mulher.

Sendo Assim peço apoio aos nobres pares a aprovação deste projeto, para que possamos garantir que essas mulheres possam ter uma moradia digna, aonde não precisem depender do agressor para permanecer no lar violento

Sala das Sessões, Primavera do Leste 17 de agosto de 2021.

ADRIANO CARVALHO
VEREADOR – (PODE)